

Revisitando o conceito de Governança

O Decreto nº 9.203/2017 trata a governança pública como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

Governança pública é tudo o que uma instituição faz para garantir que suas ações atendam aos interesses da sociedade. O foco está em criar um ambiente institucional que favoreça esse atendimento, em melhorar a instituição e torná-la mais capaz de alcançar sua missão institucional.

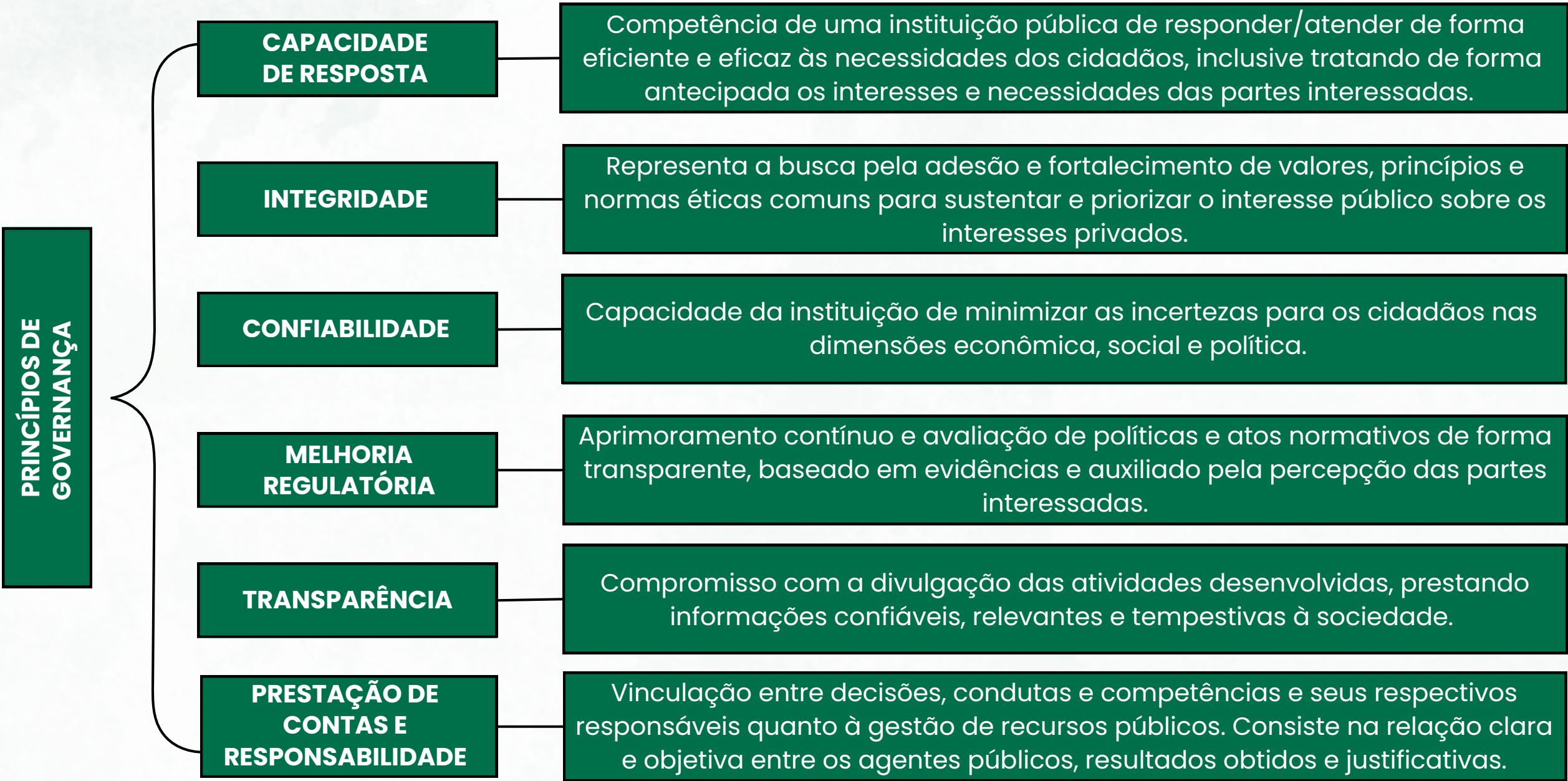
“Melhorar a governança é melhorar a própria instituição: prepará-la para atender melhor ao interesse público e criar um ambiente institucional capaz de gerar e entregar resultados.”

Ações voltadas à melhoria da governança, isto é, para que as decisões institucionais estejam direcionadas a objetivos alinhados aos interesses da sociedade, podem ser observadas em revisões de processos de trabalho, avaliações de políticas públicas, reformulações de metas e objetivos e reestruturações organizacionais.

Estabelecer uma boa governança significa ter um conjunto de mecanismos que favoreça a criação e a execução de políticas públicas.

Princípios e diretrizes

Os princípios e as diretrizes de governança orientam a atuação das instituições públicas na busca dos resultados esperados e no fortalecimento da confiança da sociedade.



Atenção! Uma ação que promove a ampla transparência de um ato pode não ser efetiva para gerar um resultado quando ocorre, por exemplo, fora do tempo adequado. Portanto, a aplicação dos princípios deve ser coordenada e contextualizada, de modo a considerar também outras dimensões que possam influenciar a ação.

Os princípios e diretrizes são elementos norteadores e não soluções prontas e completas para problemas.

As diretrizes do Decreto nº 9.203/2017 servem como um ponto de partida e um guia para ações concretas: são orientações voltadas a transformar os princípios da governança em aplicações práticas.

Princípios	Diretrizes
Capacidade de resposta	Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.
	Promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.
Integridade	Implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores.
	Incorporar elevados padrões de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e atribuições de seus respectivos órgãos e entidades.
Confiabilidade	Monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.
	Articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público.
Melhoria regulatória	Manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade.
	Editar e revisar atos normativos pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico, realizando consultas públicas sempre que conveniente.
	Avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios.
Transparência	Promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.
Prestação de contas e responsabilidade (accountability)	Definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais (prestar contas às partes interessadas e implementar mecanismos eficazes de responsabilização dos agentes).

Para que servem os princípios e as diretrizes de governança do Decreto nº 9.203/2017?

DAR CLAREZA

Dar clareza aos objetivos da atuação pública. Traduzem os princípios constitucionais em orientações mais claras e aplicáveis ao dia a dia. Os agentes públicos recebem orientações mais claras para atuar em benefício do cidadão, e os princípios constitucionais ganham instrumentos que garantem seu cumprimento e ajudam a ampliar sua interpretação.

DELIMITAR O TEMA

Definem o que pode ser tratado como parte da política de governança, funcionando como limites dos arranjos institucionais criados pelo Decreto.

ORIENTAR A ATUAÇÃO

Devem ser efetivamente observados pelos órgãos e entidades na execução da política

Reflexões finais

Esta edição apresentou os principais aspectos sobre os princípios e diretrizes de governança, com o objetivo de apoiar a instituição a construir uma boa governança.

Este material busca contribuir com a construção de uma cultura organizacional pautada pela melhoria contínua do processo de formulação e implementação de políticas públicas. A boa governança se constrói com o esforço de todos.